



Eduardo Henrique da Silva Aranha <eduardoaranha@dimap.ufrn.br>

A sua comparação de Text Compare!

1 message

no-reply@text-compare.com <no-reply@text-compare.com>

Thu, Apr 7, 2022 at 11:26 AM

To: eduardohsaranha@gmail.com

n	1	@	n	
	2			
	3			
	4			
	5	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA		
	6			
	7			
	8			
	9	AgInt nos EDel no RECURSO ESPECIAL N° 1705808 - PR (2017/0274836-4)	1	AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL N° 1705808 - PR (2017/0274836-4)
	10			
	11			
	12		2	
	13	RELATOR	3	RELATOR
	14		4	
	15	AGRAVANTE	5	AGRAVANTE
	16		6	
	17	AGRAVANTE	7	AGRAVANTE
	18		8	
	19	AGRAVANTE	9	AGRAVANTE
	20		10	
	21	AGRAVANTE	11	AGRAVANTE
	22		12	
	23	AGRAVANTE	13	AGRAVANTE
	24		14	

25	AGRAVANTE	15	AGRAVANTE
26		16	
27	ADVOGADOS	17	ADVOGADOS
28		18	
n 29		n	
30			
31	AGRAVADO	19	AGRAVADO
32		20	
33		21	
34		22	
n 35	: MINISTRO SERGIO KUKINA	n 23	:
		24	
		25	:
		26	
		27	:
		28	
		29	:
		30	
		31	:
		32	
		33	:
		34	
		35	:
		36	
		37	:
36		38	
37		39	
38		40	
n		n 41	MINISTRO SÉRGIO KUKINA
		42	
39	ADELMO JOSE MARTINS VIEIRA	43	ADELMO JOSE MARTINS VIEIRA
40			

n		n	
41			
42		44	
43	JOSE CARVALHO DE OLIVEIRA	45	JOSE CARVALHO DE OLIVEIRA
44		46	
n	45	n	
46			
47	EMY KOYASHIKI	47	EMY KOYASHIKI
48		48	
n	49	n	
50			
51	JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA	49	JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA
n	52	n	
53			
54		50	
55	JOSE CARLOS MARQUES PEREIRA DA SILVA	51	JOSE CARLOS MARQUES PEREIRA DA SILVA
56		52	
57	MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA	53	MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA
58		54	
59	MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA - PR019095	55	MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA - PR019095
60		56	
n	61	n	57
62	JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510		JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510
63			
64		58	
65	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	59	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
66		60	
67		61	
68		62	
69	EMENTA	63	EMENTA

	70				64		
n	71			n			
	72						
	73	PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR			65	PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR	
	74				66		
n	75	PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA E INTERRUPTÃO		n	67	PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA E INTERRUPTÃO	
	76				68		
n	77	DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA CONTRA A		n	69	DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA CONTRA A	
	78				70		
n	79	FAZENDA PÚBLICA. EXISTÊNCIA. REINÍCIO DO PRAZO		n	71	FAZENDA PÚBLICA. EXISTÊNCIA. REINÍCIO DO PRAZO	
	80				72		
n	81	PELA _ METADE.PRESCRIÇÃO _ _ INTERCORRENTE.		n	73	PELA	
	82				74		
n	83	OCORRÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.		n	75	METADE. PRESCRIÇÃO	
	84				76		
n	85	MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO.		n	77	INTERCORRENTE.	
	86				78		
n				n	79	OCORRÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.	
	87				80		
n				n	81	MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO.	
	88				82		
n	89	1. O prazo prescricional em favor da Fazenda Pública só pode ser		n	83	1. O prazo prescricional em favor da Fazenda Pública só pode ser	
	90				84		

n 91	interrompido uma única vez e, a partir daí, recomeçará pela metade,	n 85	interrompido uma única vez e, a partir daí, recomeçará pela metade,
92		86	
n 93	no podendo, todavia, ficar reduzido a menos de cinco anos, acaso	n 87	não podendo, todavia, ficar reduzido a menos de cinco anos, acaso
94		88	
n 95	o título do direito interrompa o lapso prescricional durante a	n 89	o título do direito interrompa o lapso prescricional durante a
96		90	
n 97	primeira metade do prazo. Inteligência dos arts. 1º e 9º do Decreto	n 91	primeira metade do prazo. Inteligência dos arts. 1º e 9º do Decreto
98		92	
n 99	20.910/1932 c/e a Súmula 383/STF. Nesse sentido: AgInt no	n 93	20.910/1932 c/c a Súmula 383/STF. Nesse sentido: AgInt no
100		94	
n 101	AREsp 1216.568/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO,	n 95	AREsp 1.216.568/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO,
102		96	
n 103	SEGUNDA TURMA, DJe 12/2/2021; AgInt no ARESp	n 97	SEGUNDA TURMA, DJe 12/2/2021; AgInt no ARESp
104		98	
n 105	1.053.214/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO,	n 99	1.053.214/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO,
106		100	
107	PRIMEIRA TURMA, DJe 18/9/2020.	101	PRIMEIRA TURMA, DJe 18/9/2020.
108		102	
n		n 103	2. Nas ações movidas em desfavor da Fazenda Pública, "consumar-se-á a prescrição no curso da lide sempre que a partir do último
109		104	
n		n 105	ato ou termo da mesma, inclusive da sentença nela proferida,
110		106	
n 111	2. Nas ações movidas em desfavor da Fazenda Pública, "consumar-se-	n 107	embora passada em julgado, decorrer o prazo de dois anos e meio"

	112			108	
n	113	se-d a prescricao no curso da lide sempre que a partir do tilitmo	n	109	(art. 3º, parte final, do Decreto-Lei 4.597/1942).
	114			110	
t	115	'ato ow termo da mesma, inclusive da sentenca nela proferida,	t		
	116				
	117	'embora passada em julgado, decorrer 0 prazo de dots anos e meio"			
	118				
	119	(art. 3, parte final, do Decreto-Lei 4.597/1942),			
	120				
	121				
	122				
	123	3. Caso concreto em que o prazo prescricional para a execu		111	3. Caso concreto em que o prazo prescricional para a execução
	124				
	125			112	